

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas

Departamento de História

Maurício Lemos Leão

Clubes negros Marcílio Dias e Satélite Prontidão: criação de um site com acervo digital documental para ensinar a presença negra associativa em Porto Alegre¹.

Porto Alegre

2023

¹ Trabalho de Conclusão de Curso de graduação no formato de artigo de periódico apresentado ao Departamento de História do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial para a obtenção do título de Licenciado em História. Orientadora: Professora Dr^a Carla Beatriz Meinerz.

Resumo:

O presente artigo tem como objetivo geral analisar as estratégias construídas pelos clubes Marcílio Dias e Satélite Prontidão para a inserção cidadã das pessoas negras na sociedade porto-alegrense, no período do Pós-Abolição, visando o ensino positivado dessas histórias, através da criação de um site, conforme orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (2004). Denomina-se de processo de esquecimento o que ocorre com essas pessoas e suas histórias no ensino de História implementado hegemonicamente na educação Básica e Superior. A metodologia produziu e analisou dados através de análise documental. Os resultados finais apontam para os desafios do estudo da história dos clubes negros em Porto Alegre, tanto na Educação Básica como Superior. Outrossim, apresenta-se a elaboração de um site documental de ensino de história, com ênfase nos clubes sociais negros como territórios associativos na construção da cidadania em Porto Alegre.

Palavras-Chave: clubes sociais negros, territórios negros, educação para as relações étnico-raciais, ensino de história, Pós-abolição.

Introdução

A história da população negra no Estado do Rio Grande do Sul, durante muito tempo, foi uma história não contada pelos manuais didáticos, marcados pela visibilidade perversa ou pela invisibilidade recorrente na narrativa oficial acerca da identidade gaúcha, desejada como unicamente branca. A carência de investimento em pesquisa e acesso aos registros históricos da população negra é alvo de necessidade de reparação urgente.

O presente Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) em Licenciatura em História enseja contribui com tal reparação no campo da história ensinada. Os fatos e personagens ainda vem sendo contados e recontados através de uma narrativa predominantemente eurobranca (AZEVEDO, 2004), que coloca em lugar de destaque as histórias dos imigrantes vindos da Europa e silencia, nega ou invisibiliza as pessoas negras e a sua presença nos espaços públicos e de memória do Estado, bem como a sua contribuição cultural, econômica e social local. Assim, perpetua-se no imaginário cultural e nas práticas sociais cotidianas a falácia de que não existem negros no sul do Brasil.

Neste estudo, tratarei, sobretudo, desse processo usando a categoria esquecimento, antônimo de rememoração, para considerar o fenômeno da presença ou ausência dos negros e sua história na educação básica e superior, tendo em vista que tal memória está guardada fora desses espaços, justamente na prática dos movimentos e agremiações sociais negras. São esses movimentos que educam (GOMES, 2017) e ativam a implementação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana (DCNERER, 2004). Tais Diretrizes apontam pedagogicamente para o ensino da história que rememora positivamente as histórias relacionadas com as pessoas e comunidades negras, destacando suas práticas culturais que construíram a nação brasileira de fato pluricultural e diversa (DCNERER, 2004).

A aproximação com o tema, surgiu por meio de duas experiências na graduação, sendo uma na disciplina de Introdução à História Pública e a outra na disciplina de Estágio de Docência em Ensino de História – Ensino Fundamental.

Na primeira disciplina, essa questão surgiu quando a professora Cássia, titular da disciplina, apresentou o site “Santa Afro Catarina”. Trata-se de um programa realizado no âmbito da Universidade Federal de Santa Catarina, desde 2011, que visa valorizar e difundir para a população o patrimônio cultural do Estado de SC relacionado aos africanos e negros, buscando retratar espaços do cotidiano, marcos urbanos ou a ausência destes, assim como o esquecimento da presença africana na região. O site disponibiliza, em seu acervo documental fotografias, anúncios de jornais, o Censo de 1890, discursos abolicionistas, atas de apoio de clubes sociais negros, mapas dos territórios negros, roteiros, além de atividades voltadas para o ensino de história.

A segunda experiência ocorreu em uma visita de campo na EMEB Doutor Liberato Salzano Vieira da Cunha, no bairro Sarandi, zona norte do município de Porto Alegre. Um espaço escolar quilombola, nas imediações do Quilombo dos Machado. Nesse dia, a turma do estágio de docência, mediada pela professora Carla Beatriz Meinerz, iria realizar uma atividade de formação com os professores da escola sobre a educação escolar quilombola e contaríamos com a presença do líder comunitário do Quilombo dos Machado Luiz Rogério Machado (Jamaica). Durante a sua fala, Jamaica comentou que em uma viagem a Brasília (DF), para discutir questões quilombolas, um dos membros do governo presente na reunião questionou se ele era realmente do Rio Grande do Sul, pois até onde ele saberia “não havia negros e quilombolas no RS”.

Com base nas experiências anteriores, surgiu a ideia de realizar a pesquisa sobre os Clubes Negros Marcílio Dias e Satélite Prontidão e elaborar um site² voltado para o ensino da história da presença negra em Porto Alegre, com acervo documental digital e elaboração de uma sequência didática, buscando a aplicação nos moldes da Lei 10.639 (2003), que estabeleceu o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana e completou 20 anos em 2023.

A Lei 10.639/03 é um marco no Brasil, pois ela representa a conquista através das lutas do movimento negro contra o racismo estrutural e a discriminação racial no país. É preciso reconhecer a influência das pessoas negras na formação da nação e da identidade cultural brasileira, sem silenciar ou invisibilizar essas histórias nos livros didáticos e na sala de aula. Essa negligência ao longo dos anos foi um terreno fértil para a perpetuação de estereótipos e para o falso mito da democracia racial e do monoculturalismo no Brasil, significando sobretudo a violência contra os corpos e mentes das pessoas a elas associadas.

Como aponta Abdias Nascimento,

[...] erigiu-se no Brasil o conceito de democracia racial; segundo esta, pretos e brancos convivem harmoniosamente, desfrutando iguais oportunidades de existência. [...] A existência dessa pretendida igualdade racial constitui o maior motivo de orgulho nacional [...]. No entanto, devemos compreender democracia racial como significando a metáfora perfeita para designar o racismo estilo brasileiro: não tão óbvio como o racismo dos Estados Unidos e nem legalizado qual o apartheid da África do Sul, mas eficazmente institucionalizado nos níveis oficiais de governo assim como difuso no tecido social, psicológico, econômico, político e cultural da sociedade do país. (NASCIMENTO, 1978, p. 41, 42)

O Pós-Abolição não foi o fim dos conflitos inter-raciais, a população negra aprendeu que não era aceita em determinados espaços da sociedade brasileira, necessitando assim criar os seus próprios locais de socialização, lazer, educação e auxílio mútuo (SANTOS, 2005)³.

Para a realização deste trabalho, foram utilizadas fontes escritas e a metodologia adotada foi a de comparação, com intuito de analisar as estratégias utilizadas pelos clubes sociais negros Marcílio Dias e Satélite Prontidão para a inserção cidadã, considerando a

² Site disponível no endereço eletrônico: < <https://www.ensinodehistoriaclubesnegrosnaescola.xyz/>>.

³ Historiadora, pesquisadora e fotógrafa, SANTOS, Irene (Org), Negro em Preto e Branco: História Fotográfica da População Negra de Porto Alegre. Porto Alegre: Do autor, 2005.

compreensão da continuidade ou descontinuidade destes espaços de convivência e associativismo negro. Para fins deste TCC, foram escolhidos dois clubes negros, um ainda em atuação e outro não, ambos por desejo de descobertas pessoais e acadêmicas, pois eram também pouco conhecidos por mim como estudante de História, o que aponta pistas do desafio do ensino dessa temática também na Educação Superior. Registro a existência de pesquisas consolidadas de referência nacional e internacional, sobre os clubes negros, como o Projeto de Pesquisa *Clubes Sociais Negros do Brasil e Uruguai: mapeamento, memória, patrimonialização e educação para as relações étnico-raciais*, interinstitucional e binacional, registrado na UFRGS e na Unipampa⁴.

Sociedade Satélite Prontidão

A Associação Satélite Prontidão (ASP) surgiu a partir da fusão de duas organizações, a primeira é a Satélite Portoalegrense, que teve a sua fundação em 1902, e a outra, a Sociedade Cultural Carnavalesca Prontidão, fundada em 1925. Em 1956, ocorreu a fusão que originou a Sociedade Cultural Beneficente Satélite Prontidão, onde foi realizada a aquisição da primeira sede no bairro Cidade Baixa.

Desde a sua fundação, a ASP esteve envolvida com o carnaval da cidade e, durante esse período do ano, organizava bailes nas regiões da Cidade Baixa e Colônia Africana, antigos territórios negros e quilombos urbanos que, com o processo de higienização da cidade, foram sendo expulsos das regiões centrais da cidade. Os bailes que ocorriam somente no período dos carnavais passaram a contar com o apoio das famílias negras, através de convites, o que aproximou a ASP da comunidade, propiciando o funcionamento do clube o ano inteiro, com eventos realizados no espaço do teatro São Pedro.

No período entre 1960 e 1970, houve uma diminuição na frequência dos grandes bailes da associação, tornando-se comum a realização de festas de aniversário, almoços, jantares, chás das senhoras, baile dos solteiros e a realização do baile de carnaval uma vez ao ano. Em 1970, a ASP deixou a sua sede na Cidade Baixa e foi para a Zona Sul de Porto Alegre, na Av. Aparício Borges, bairro Glória, e hoje localiza-se na Rua Alberto

⁴Maiores informações disponíveis em: < <https://clubessociaisnegros.com/> >. Acesso em 24 de setembro de 2023.

Rangel, no bairro Rubem Berta. Esse processo de mudança de território da associação negra está relativo ao processo de gentrificação próprio da urbanização capitalista, que expulsa pessoas economicamente empobrecidas e racialmente discriminadas, como negros, indígenas e quilombolas.

Desde a sua fundação, a ASP preservou em seu estatuto a obrigação de manter uma biblioteca (Afroteca-ASP) e aulas de alfabetização no clube, realizadas pelas “Senhoras Prontistas⁵”, entre outras atividades, como teatro, exposições, concursos de beleza (Rainha Negra), e trabalhos sociais: auxílio-funeral, odontológico e consultas médicas. Em 1996, a ASP começa a fazer parte do projeto Pré-Vestibular Zumbi dos Palmares, voltado para a preparação de estudantes para as Universidades do Estado, com professores voluntários e materiais didáticos doados. Posteriormente, funda o seu próprio curso, passando de intensivo para extensivo, denominado Projeto Educacional Pré-vestibular da Associação Satélite Prontidão, ampliando o número de vagas ofertadas. A ASP também foi responsável pela criação do Troféu Zumbi, este sendo destinado a homenagear pessoas negras ou aqueles que tivessem realizado contribuições para a comunidade negra.

Em 2009, o Prontidão passou a ser reconhecido como Patrimônio Histórico e Cultural do Rio Grande do Sul, através da Lei Ordinária 13.183. Ao longo do ano de 2022 a ASP desenvolveu durante quatro meses Oficinas de História e Memória Negra⁶, organizado pela Diretoria de Acervo e Pesquisa que atua na coordenação do Memorial da ASP. Os encontros ocorreram na sede do clube e contaram com reuniões em plataformas digitais em parceria com o Instituto Federal Rio Grande do Sul, que emitiu certificados de participação nas oficinas. Destaca-se a presença de pesquisadores da UFRGS para debater a história e memória do clube, tais como Gabriel Gonzaga dos Santos e Ana Lúcia Felliipe Feijó. No dia 07 de agosto de 2023, a ASP foi certificada pelo Instituto Brasileiro de Museus (IBRAM) como ponto de memória. Através das pesquisas já realizadas sobre o clube, é possível perceber que, desde a sua fundação, a ASP sempre esteve envolvida com a educação, preservação da cultura e assistência da população negra, sendo mais que um espaço de sociabilidade, mas igualmente um local de resistência negra que se movimentou junto com a cidade, indo aonde se fazia necessário.

⁵ Grupo formado pelas mulheres do clube, atuando ativamente na organização de eventos e jantares, arrecadação de verbas, assim como na área educacional e cultural.

⁶ GONZAGA, Gabriel dos Santos. 2022, p. 102. "O Satélite Prontidão ainda existe?": registros dispersos e múltiplas etnias. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2022.

Clube Náutico Marcílio Dias

O Clube Náutico Marcílio Dias ou “Clube Náutico dos Morenos”, como era conhecido, foi fundado em 04 de julho de 1949, a partir de um convite realizada no Jornal Folha da Tarde, para a organização de um espaço de prática dos “desportos náuticos e terrestres” para as populações negras de classe média da capital gaúcha.

O nome foi escolhido a partir do Marinheiro negro gaúcho que foi herói na guerra do Paraguai, tendo a sua primeira sede em um terreno emprestado e posteriormente doado na Avenida Praia de Belas. Contava com o empréstimo e doações de barcos a remos de outros clubes, com os quais mantinha relacionamentos mais próximos. O Marcílio Dias contava com equipes de diversos esportes, como basquete, voleibol, bocha, ping pong e cestobol. Desde a sua fundação, trazia em seu estatuto entre as suas finalidades, o esporte como centralidade, em práticas de remo, natação e outros desportos náuticos. Como aponta a doutora Lúcia Regina Brito Pereira (2008), o clube também era um espaço de encontros sociais, culturais e festivos. Apesar de ter por objetivo principal a prática de esportes, foi impedido de competir pela Federação Gaúcha de Esportes Aquáticos, assim como pela Federação Gaúcha de Basquete, alternando o seu foco entre disputas esportivas e propostas educacionais.

O Marcílio Dias realizava campeonatos de “Disputa Cultural”, nos quais, segundo a doutora e pesquisadora Stephane Ramos da Costa (2018),

[...] professores e professoras negros interrogavam os participantes com questões de cultura geral, o que movimentava os jovens associados na busca pelos prêmios e medalhas e a “Olimpíada Marciliense” que acontecia anualmente e agregava práticas esportivas (p.2).

O Clube Marcílio Dias, buscava através da prática cultural e dos esportes, um caminho para a inserção social cidadã e melhores condições de vida de seus associados. A partir da publicação de um jornal, é possível notar a preocupação do presidente do Clube. Em 15 de março de 1956, escrevia, José Fonseca:

Com grande satisfação, verificamos que a procura de matrículas nos bancos escolares está sendo grande; temos visto com otimismo e um senso de humor como elementos considerados recalcitrantes em matéria de "estudo" estão sentindo espontaneamente a necessidade de se transformarem em algo na vida, e sabem eles melhor do que nós que a

única via racional para que isto se concretize é a demonstração e o aproveitamento dos conhecimentos adquiridos. Fora disto, é rotina – é conformar-se com o servilismo. Agradecemos sinceramente comovidos as atenções e os estímulos que temos recebido de diversas pessoas, não só do nosso círculo de amizades, mas também de outras procedências. Todas, porém, sintonizando perfeitamente no que tange ao aspecto intelectual dos elementos que trazem ao nascer como herança imutável a cor, que para alguns homens infelizmente é ainda considerada escrava (PEREIRA, 2008, anexo A, p.9).

Com o aterramento de partes do Lago Guaíba em Porto Alegre, o clube passa a ficar distante mais de 1km da beira das águas, o que acarreta na diminuição de algumas das suas atividades, deixando de oferecer a prática de esportes náuticos e atuando principalmente na realização de bailes. Os herdeiros do dono do terreno do Clube contestaram a doação e conseguiram retomar a propriedade, ocorrendo o encerramento das atividades com a demolição de sua sede.

Educação das Relações Étnico-Raciais

A Lei 10.639/03 alterou a Lei 9.394/96 e estabeleceu na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional a inclusão da obrigatoriedade da Educação das Relações Étnico-Raciais (ERER), do ensino de História e Cultura da África e dos afro-brasileiros em escolas de ensino fundamental e médio, públicas e privadas de todo o país.

Essa lei foi fruto das lutas e reivindicações de movimentos sociais e intelectuais negros, que enxergavam na educação brasileira o silenciamento, esquecimento e apagamento do negro e das afro-inscrições, compreendidas como elementos fundantes das “contribuições de africanos e afrodescendentes de ordem intelectual, técnica, científica, religiosa, de intervenção urbana, de alteração da flora, de modos de produção” (SILVA, 2018, p. 33). Sendo fruto de séculos de colonialismo e ocidentalismo, capazes de engendra um currículo eurobranco, que valoriza os ideais brancos de hegemonia europeia e que narra a história da África e do Brasil a partir do prisma do colonizador, reforçando visões distorcidas e tentando subalternizar a cultura e história de grupos raciais negros, como demonstrou em seus estudos Celia Maria Marinho de Azevedo, já nos anos 1980. Boaventura de Sousa Santos (2018) definiu como epistemicídio a ordem de imposições científicas que impactam negativamente a formação dos estudantes, tanto na educação básica quanto na superior, com a cosmovisão do colonizador e sem as representações positivas dos colonizados representadas na narrativa oficial. É importante

salientar que a educação para as relações étnico-raciais visa sobretudo reeducar as pessoas brancas, e que somente a educação não resolverá as tensões sociais, práticas de racismo recreativo e invisibilidades das populações negras e de suas contribuições na construção do Brasil. Trata-se, no entanto, de um caminho que precisa ser percorrido em busca de uma maior pluralidade epistêmica e do rompimento com o racismo numa sociedade que se declara descendente de europeus, quando de fato, conforme Henrique Cunha Júnior (2007), resulta de uma história centralmente marcada pela presença de africanos em diáspora forçada para o Brasil.

Por meio da experiência do estágio em Docência em Ensino de História – Ensino Fundamental, realizado em 2023, na cidade de Porto Alegre, no Colégio Estadual Coronel Afonso Emílio Massot, com uma turma de 6º ano do ensino fundamental da educação regular, no início do ano letivo, foi possível constatar em primeira mão a relevância da prática docente em história e da implementação da Lei 10.639 no currículo escolar para rememorar a presença africana e afro-brasileira. Foi realizado um brainstorm (tempestade de ideias) com a turma, no qual cada estudante diria algo que conhecia sobre o continente africano, para ser anotado no quadro e debatido com a turma como forma de uma avaliação de diagnóstico dos conhecimentos prévios sobre a África, a fim de dar início ao conteúdo curricular sobre a Pré-História e o registro da História.

As respostas fornecidas pelos alunos demonstraram a real situação da implementação da Lei 10.639, as falas da turma eram carregadas de estereótipos e visões distorcidas, como pobreza, fome, escassez de água, vida selvagem, escravidão, pessoas humilhadas, pessoas acorrentadas. É possível substituir a palavra África por Restinga, um bairro periférico do município de Porto Alegre e um território negro, etnocentrando os mesmos adjetivos. Para definir território negro, como espaço onde a vida de corpos e mentes negras é pungente, empresto a definição da professora e pesquisadora Daniele Machado Vieira (2017), na qualidade de “espaços físicos habitados por pessoas negras. [...] mais do que isso, são espaços simbólicos, repletos de sentidos e significados relacionados às práticas ali existentes” (p.42). E sendo a Restinga, território negro local no qual cresci e ainda moro, é provável que ouviria estes e outros estereótipos racistas sendo reproduzidos pelos alunos, pois conforme Frantz Fanon (1965), a alienação e colonização das mentes

[...] não se demonstrou talvez suficientemente que o colonialismo não se contenta em impor sua lei ao presente e ao futuro do país dominado.

O colonialismo não se contenta em apertar nas suas redes o povo, em esvaziar o cérebro colonizado de qualquer forma e conteúdo. Por uma espécie de perversão da lógica, orienta-se para o passado do povo oprimido, distorce-o, desfigura-o, anula-o (p. 130).

No que tange a ocupação dos espaços urbanos, o racismo de base colonialista permanece reproduzindo-se na busca de dominação estabelecida pelas estratégias das pessoas brancas, reproduzindo em pequena escala uma partilha da África nas cidades, através de práticas higienistas e de segregação geográfica, determinando em quais locais das cidades as populações negras deveriam viver, operando em todos os momentos de maneira a reforçar um estereótipo depreciativo delas. Por outro lado, as afro-inscrições, ou seja, os territórios povoados e desenvolvidos por negros e por seus conhecimentos técnico-científicos (SILVA, 2018) criam movimentos de resistência através do associativismo, por exemplo.

Por meio dos relatos experimentados no estágio, foi-me possível ter uma noção da ausência de abordagem inicial sobre o continente africano na escola e até mesmo da necessidade de aproximar o estudo da África com a realidade local dos educandos, alterando essa percepção negativa sobre as comunidades brasileiras em geral, e dos clubes negros, em específico. A experiência por meio do estágio demonstrou a carência da real implementação e execução da Lei 10.639 de forma a combater e problematizar o racismo epistemológico e descolonizar a história, visando mudar os estereótipos não apenas sobre a África e a Restinga, mas também sobre os negros, os povos originários, a nossa história, cultura, religião, para trazer as contribuições positivadas de diferentes cosmopercepções, seja das populações negras ou dos povos indígenas.

O papel das professoras e professores de história nessa luta é fundamental, capaz de ensinar outros valores civilizatórios, a partir das fontes africanas e afro-brasileiras, assim, como explorar os acervos existentes em instituições como os clubes negros.

A doutora, professora e pesquisadora Giane Vargas Escobar, especialista nesta temática, afirma que os Clubes Sociais Negros são

[...] detentores de acervos materiais e imateriais, verdadeiros “tesouros” da comunidade negra, como fotografias, documentos, fichas de associados, carteirinhas, quadros de antigos presidentes, estandartes, placas de bronze com homenagens aos primeiros fundadores, dentre outros que ainda podem e devem ser coletados e que fazem parte do imaginário da população negra, quando se trata de relembrar determinadas épocas, festas, vivências e tradições. (ESCOBAR, 2017, p.37).

Conforme a autora, precisamos reconhecer os clubes negros como espaços de representação de parte da história e memória negra que não pode desaparecer, pois eles se constituem como patrimônio imaterial, devendo ser preservados e valorizados. A mesma defesa é realizada por Jesus e Cunha Junior (2020), quando definem o patrimônio cultural negro como “um artefato, material ou imaterial, que confere a ele uma memória afetiva de determinado grupo da sociedade, atribuído de valores à sua história, cultura e identidade” (p.1046).

Qualquer objetivo ou meta que vá na contramão da preservação e difusão desse conhecimento nega o direito ao próprio passado, estabelecendo uma monocultura, pois embora a Lei 10.639 seja recente, corremos o risco de decorrer mais 20 anos focando na história de grupos hegemônicos e sem a real efetivação desse princípio reparatório no campo do currículo. As escolas, comunidades escolares, destacadamente as professoras e professores de história são fundamentais para essa afirmação positiva e legal. Abordar esses temas de maneira interdisciplinar, ao longo do ano e não apenas em datas celebrativas como o 13 de maio⁷ e 20 de novembro⁸ faz parte deste dever e função social. Essas práticas precisam ser institucionalizadas, sempre buscando novas ferramentas e formas de abordar esses temas.

Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva (2023) reitera:

Acredito, até onde tenho podido observar, que tudo depende do comprometimento político e do projeto de nação do professor, no caso de história. Se ele está contente com o que foi, com o projeto colonialista que se prolonga por todos esses séculos, ele vai ser contrário ao que propõe a Lei. Se ele tem um projeto de sociedade em que todos sejam conhecidos e respeitados na sua especificidade. Que sejam conhecidos não para ficar cada um no seu quadrado, mas para poder justamente se comunicar e fazer, estabelecer, conceber e contar um projeto de nação que seja comum, então ele vai se comprometer (MEINERZ e SILVA, 2023, p.224).

É importante destacar que trata-se de uma escolha e de uma posição política combativa no enfrentamento da lógica colonial racista que nos atrasa e desune. Conforme aponta Munanga (2015), o melhor caminho é acompanhar as dinâmicas e reivindicações da sociedade, pois a prática de superação da mistura racial congelou durante anos os debates sobre diversidade cultural e racial no Brasil, vistos apenas como uma monocultura

⁷ 13 de maio de 1888, data da abolição da escravidão no Brasil com a assinatura da Lei Áurea.

⁸ 20 de novembro, dia nacional do Zumbi dos Palmares e da Consciência Negra.

e uma identidade mestiça. A comunidade escolar como um todo precisa estar unida e empenhada em fiscalizar e cobrar a implementação da legislação antirracista no currículo, para colocarmos em prática um projeto de nação que seja comum e multicultural para todos, superando as violências do passado que atravessam o presente.

Estratégias de inserção cidadã, descontinuidade e continuidade

A população negra diaspórica, desde o período do Império, enfrentou percalços para o acesso à escolarização e o reconhecimento de sua cidadania plena. A Constituição de 1824 declarava que todos os cidadãos possuíam direito à educação primária gratuita, no entanto, a realidade para a população negra livre e liberta era outra, pois em alguns casos o acesso à educação lhes era negado por meio da legislação das províncias (BARROS, 2016), como a Lei de Instrução Primaria de São Pedro do Rio Grande do Sul, mencionada por SILVA et al (2017): “Serão proibidos de frequentar as Escolas Publicas. 2º Os escravos, e pretos ainda que sejam livres ou libertos”. (SILVA apud BARROS).⁹

Com o exposto acima, é possível verificar que as populações negras não estavam incluídas no projeto de nação do Estado e das províncias e, tão pouco, eram reconhecidas como cidadãos de pleno direito. Ainda que houvesse exceções com a presença de livres e libertos na educação, o quadro geral era o de negação da cidadania e de acesso ao letramento.

No período Republicano, existia em Porto Alegre o jornal O Exemplo, um jornal feito por e para negros, sobretudo os de classe operária, conforme aponta Silva et al (2017, p.74)¹⁰ ao lembrar que “os caminhos propostos por redatores e redadoras do jornal O Exemplo rumo à emancipação real da ‘classe’ eram a instrução e a aglutinação do povo ‘de cor’ em torno de uma identidade negra positiva e das lutas operárias”. É possível verificar essa postura em defesa da educação registrada nas páginas do jornal O Exemplo, por meio de um dos seus interlocutores, Lindolpho Ramos, que denunciava as práticas realizadas no âmbito das escolas públicas de instrução e letramento da província:

⁹ BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n. 3, p. 591–605, jul. 2016.

¹⁰ SILVA, Fernanda Oliveira et al. **Pessoas comuns, histórias incríveis**: a construção da liberdade na sociedade sul-rio-grandense. Porto Alegre: Ed. UFRGS; EST Edições, 2017.

[...] as creanças de côr preta; o mal começa no descaso dos professores e termina nos máos tratos que lhes são infregidos pelos condscipulos. Aqui, nas aulas publicas, as crianças de côr preta, são uma especie de boneca lustrado que somente vão á escola para polir os bancos: os professores nada ensinam aos negrinhos e aproveitam-nos muito bem como seu creadinho [...]. Conheci uma senhora, professora em Caçapava que votava tal ogeriza ás crianças de côr preta que, quando iam matricular em sua aula uma criança que não fosse branca, era tal a raiva que della se apoderava que não poucas vezes teve accessos hystericos; outras ocasiões, dando expansão á sua cólera em torrentes de palavras, vociferava furiosa: - Onde se viu negro na escolla! Negro só serve para a cosinha! (O Exemplo, 18 de dezembro de 1904).¹¹

Por meio dessas experiências no Pós-Abolição, a comunidade negra percebeu que o Estado não seria um aliado, pois ainda estava em pleno vigor na sociedade as práticas racistas e escravistas, ainda muito arraigadas e servindo como perpetuação da manutenção de uma hierarquia social entre negros e brancos. Os clubes sociais negros e o associativismo se fizeram ainda mais presentes ao propor a criação de estabelecimentos de alfabetização e esportes não oficiais para a população negra, resistindo e lutando para suprir esse vazio deixado pelo Estado e pelos locais onde não eram aceitos.

No caso do Clube Náutico Marcílio Dias, já se trazia em seu estatuto de fundação, no artigo primeiro: “...é constituído de cidadãos pertencentes a todos os ramos de atividade honesta, sem distinção de raça, côr ou religião”, demonstrando essa segregação velada e a necessidade de abertura destes espaços de convivência ainda em 1949. O clube realizou ao longo de sua existência a implementação de várias estratégias para a inserção cidadã da população negra na sociedade, como as já citadas: prática de esportes náuticos e terrestres, a Olimpíada Marciliense, o campeonato de disputa cultural e a criação de grupos de teatro. Apesar disso, o clube sofreu contínuos reveses por parte das federações de Basquete e Federação Aquática, o que impedia o registro e a participação das equipes do clube em competições.

Logo, em 1970 o clube não mais apresentava atividades voltadas para o esporte ou culturais como aponta a professora e pesquisadora Pereira (2008), não conseguindo cumprir uma de suas principais funções sociais e motivo de sua fundação, que seria a prática de esportes, o que evidentemente contribuiria para a sua descontinuidade, caso que se agravaria com o aterramento de Porto Alegre na região central da cidade e a perda da sede. A ASP, desde a sua fundação em 1902, manteve em seu estatuto a obrigação da

¹¹ Nacional (BNDigital), Jornal O Exemplo, 18 de dezembro de 1904 (As aulas publicas). Disponível em:< <https://acesse.dev/LOVvg>>. Acesso em 23 de julho de 2023.

manutenção de uma biblioteca, assim como a formação de um pecúlio para o pagamento de consultas médicas e odontológicas de seus associados e aulas de alfabetização realizadas pelas senhoras prontistas para os membros do clube e a comunidade do entorno. Era uma prática comum das associações negras, o próprio jornal *O Exemplo* defendia que o trabalho de educação e alfabetização deveria ser realizado pelas mulheres, pois havia a imagem de que elas eram as responsáveis pela educação das crianças (SILVA et al, 2017).

A partir de 1970, como indica a professora e pesquisadora Feijó (2013), houve o início das primeiras atividades artísticas do clube, como teatro, desfiles de moda e palestras educacionais sobre educação, direitos e saúde e por volta dos anos 1980 inicia-se um processo de maior ênfase na educação, esportes, combate ao racismo, sempre voltando-se para eventos culturais e artísticos mais abrangentes para os sócios e a comunidade.

Percebe-se que as estratégias para a inserção social cidadã dos clubes Marcílio Dias e Satélite Prontidão em alguns momentos convergem, como na educação, na manutenção de bibliotecas, na realização de eventos de cunho cultural, na prática de esportes, na luta e resistência por espaços na sociedade, e em outras divergem, como na preocupação da ASP de proporcionar aos seus associados um espaço de lazer, mas também como aponta Feijó (2013), de “qualidade de vida”, por meio de cuidados com a saúde, ao disponibilizar consultas médicas e odontológicas, assim como um local contínuo para a alfabetização básica e cursos pré-vestibulares.

A ASP conseguiu passar por um processo de adaptação constante, mantendo a geração mais jovem engajada e ativa na vida social do clube, assim, como tornando-se um território negro em movimento ao aproximar-se sempre das comunidades negras ao buscar por novas sedes, dando maior ênfase em práticas culturais, de educação e valorização das populações negras, transformando-se no palco de resistência e luta. É possível observar esses motivos como potenciais características que levaram à sua continuidade até os dias atuais.

Processo de elaboração do Site

Por que optar pela elaboração de um site de ensino de história e não outras propostas didáticas, como a curadoria de uma exposição, jogos educativos, ou um documentário educativo? Para elucidar esse ponto é preciso entrar na questão do

colonialismo digital e do racismo algoritmo. Segundo Michael Kwet apud Faustino e Lippold (2022, p.71), colonialismo digital é “o uso da tecnologia digital para a dominação política, econômica e social de outra nação ou território”, manifestando-se de diferentes formas, sendo uma delas por meio da coleta massiva de dados dos usuários e a exportação desse capital para datacenters nos USA, onde estão localizadas as principais empresas de tecnologia do mundo, como Google, Facebook, IBM, Microsoft, dentre outras. Ademais, isso também acontece através da tentativa de submissão dos países do sul global através do fornecimento de equipamentos para os processos educacionais, impondo que países africanos e latino-americanos utilizem somente os softwares de Big Techs, como Microsoft e Google, em detrimento de softwares livres. Essas “parcerias” ganham espaço também no Brasil e no Rio Grande do Sul, voltadas quase sempre para as escolas públicas, como a compra de milhares de Chromebook’s e da utilização do Google Classroom pelos governos do Estado e do município de Porto Alegre para os professores e alunos. Com isso, as Big Techs estão visando facilitar o acesso a extração de dados sobre as notas, frequência, idade escolar, diário de classe, e questões sociais, mas também como Michael Kwet (2019), indica:

[...] The youth will be more likely to consume the products they receive in school as adults, while the future generation of tech developers will likely become developers of products for the ecosystems they grow up using: Microsoft, Google, Apple – or GNU/Linux. (KWET, 2019, p.14).¹²

O autor afirma que, por meio dessa prática com os países menos desenvolvidos tecnologicamente, as Big Techs garantem o domínio do mercado e das mentes colonizadas através dos jovens que quando adultos continuam a consumir os produtos que já estão habituados desde a escola, assim como uma gama de futuros programadores de seus sistemas, limitando o alcance e desenvolvimento de novos sistemas abertos, como GNU/Linux. Em outras palavras, essas ações das Big Techs permitem e ampliam a manutenção de uma hierarquia de vigilância, controle social e racial entre o norte e o sul global através da tecnologia, que de outros modos pode terminar como no escândalo do Facebook com a Cambridge Analytica, que coletou de forma indevida os dados de mais de 87 milhões de usuários em diferentes países, com os fins de influenciar politicamente

¹² KWET, Michael. Digital Colonialism: US Empire and the New Imperialism in the Global South. *Race & Class*. Volume 60, n° 4, 2019. Disponível em:< <https://ssrn.com/abstract=3232297>>. Acesso em 24 de setembro de 2023.

as eleições nesses locais com o auxílio de publicidade direcionada, escolhendo por meio da manipulação líderes nos países colonizados digitalmente que mais se alinhem a sua ideologia política e interesses econômicos.

E o que é o racismo algorítmico? Conforme Faustino e Lippold (2022), os algoritmos não são neutros ou isentos, já que são produções humanas, sendo dotados de valores e tradições e isso, na prática, significa que os códigos são influenciados por quem os cria e acabam por reproduzir práticas e valores humanos, como as relações de poder e a opressão presentes na sociedade e isso reflete diretamente nos produtos desenvolvidos por essas empresas, como recorda Silva apud Faustino e Lippold (2022), 90,5% das pessoas presas por câmeras de reconhecimento facial no Brasil são negras.

Isso demonstra que existe uma necessidade premente para a implementação de práticas educacionais e ferramentas de ensino-aprendizagem antirracistas e decoloniais insurgentes que se façam presentes e acessíveis nos meios digitais proporcionando romper com a lógica colonial estabelecida, possibilitando tornar visível o que foi invisibilizado, positivar o que foi negativado e rememorar o que se decidiu esquecer.

Como afirmam, Paim & Araújo:

Para que possamos ampliar de fato a garantia de acesso ao maior número de bens e direitos básicos, propomos como um dos caminhos a educação pelas memórias historicamente silenciadas por entender que a memória possui uma dimensão educativa que pode empoderar grupos sociais subalternizados. Porém o que garantirá o processo como mais democrático e igualitário é como e quais memórias serão construídas e quais histórias serão narradas (PAIM & ARAUJO, 2021, p. 43).

O objetivo do site em questão é ser uma ferramenta de ensino-aprendizagem com o fim de potencializar e incentivar a aplicação da Lei 10.639, para alunos e professores do Ensino Fundamental e Médio. Possuindo como foco principal a promoção de uma história local contra hegemônica, por meio da rememoração positiva, demonstrando as lutas emancipatórias por cultura, educação e cidadania dos clubes sociais negros Marcílio Dias e Satélite Prontidão, destacando a agência negra, as afro-inscrições e a importância dessas instituições para a comunidade e sua contribuição para a cultura e história brasileira, mais do que isso, permitindo a construção de novos saberes e de uma visão multicultural.

O site foi criado na plataforma Wix que possui planos gratuitos e pagos, não sendo necessário durante a sua elaboração conhecimentos prévios de programação e design. O

site foi projetado em observância a Lei 13.146/15, Estatuto da Pessoa Com Deficiência e possui práticas e ferramentas de acessibilidade incorporadas segundo os princípios da WCAG 2.0 (Diretrizes de Acessibilidade para Conteúdo Web). A linguagem utilizada no site é uma combinação de coloquial e formal, buscando evitar a linguagem científica típica da academia, tendo em vista que o público e o conteúdo são voltados para um grupo amplo, necessitando ser acessível e compreensível para a aplicação. O site conta com uma aba de referências bibliográficas em que estão disponibilizados os materiais utilizados na pesquisa, com isso pretende-se permitir que o público tenha acesso ao material de apoio e possa aprofundar seus estudos sobre o tema.

É possível encontrar no site documentos, fotos e notícias de jornais, possibilitando que o professor, ao utilizar o acervo, possa explorar o potencial do material e incentive o engajamento dos estudantes.

Conclusão

A experiência do estágio em docência evidenciou que a aplicação da Lei 10.639/03 está longe de ser efetiva, demonstrando a necessidade de se trabalhar mais a EREER nos cursos de licenciatura e aperfeiçoamento de professores, assim como considerar a implementação e efetivação da Lei nas práticas de gestão e de ensino, através de posicionamento político ativo por um ensino da história negra e contra a hegemonia eurobranca.

Por este motivo, decidi seguir com o compromisso de estudar o ensino de História comprometido com a EREER, analisando a presença associativista de pessoas negras na história de Porto Alegre, através de pesquisa em dois clubes negros: o Clube Náutico Marcílio Dias e a Associação Satélite Prontidão.

Os clubes sociais negros Marcílio Dias e Satélite Prontidão são peças chave na rememoração da luta e resistência de grupos subalternizados, silenciados e invisibilizados em Porto Alegre, pois constituíram-se como espaços de resistência, luta e inserção cidadã, através da educação, cultura e esporte em uma sociedade extremamente racializada e hierarquizada por meio de um racismo legitimado, ora pela sociedade, ora pelo Estado, onde espaços de educação, lazer, recreação e cidadania efetiva eram negados para uma camada da população.

Outrossim, esses espaços ao longo de toda sua existência, constituíram-se como verdadeiros territórios negros e patrimônios culturais. Os clubes sociais atuaram sempre

positivando e trazendo novas perspectivas e significados para a memória e identidade cultural das populações negras onde estavam inseridos.

Com isso, busca-se estabelecer ambos os clubes como agentes de memórias educadoras e empoderadoras essenciais para o ensino de História da África e Cultura Afro-brasileira, visando demonstrar a sua relevância na resistência e luta por meio da educação, cultura, esporte, sempre questionando as estruturas do racismo.

Os resultados finais da análise mostraram os desafios do estudo da história dos clubes negros em Porto Alegre, tanto na Educação Básica como na Educação Superior.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, Célia Maria Marinho de. **Onda negra, medo branco: o negro no imaginário das elites, século XIX.** São Paulo: Annablume, 2004.

BARROS, Surya Pombo de. Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres, pretos, ingênuos: negros nas legislações educacionais do XIX. **Educação e Pesquisa**, v. 42, n. 3, p. 591–605, jul. 2016.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Parecer CNE/CP n. 003/2004 de 10 de março de 2004. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana.** Diário Oficial da União, Brasília, DF, 19 maio 2004.

COSTA, Stephane Ramos da. Da cor e das associações negras: educação, lazer e identidade (1949 e 1970). In: Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias., 2018, Rio de Janeiro. **Anais do Encontro Internacional e XVIII Encontro de História da Anpuh-Rio: História e Parcerias**, 2018.

DE JESUS, Tiago Souza; CUNHA JUNIOR, Henrique Antunes. **Bairros Negros: Patrimônio Cultural Negro em Fortaleza-CE.** Id on Line **Rev.Mult.Psic.**, Julho/2020, vol.14, n.51, p.1045-1059.ISSN: 1981-1179

DOMINGUES, Petrônio. (2009). Fios de Ariadne: o protagonismo negro no Pós-Abolição-abolição. **Anos 90**, 16(30), 215–250.

ESCOBAR, Giane. Clubes Sociais Negros: Memória e Ações Para o Reconhecimento Como Patrimônio Cultural Afro-brasileiro. In: PAIXÃO, Cassiane de Freitas; LOBATO, Anderson O. C. **Os Clubes Sociais Negros no Estado do Rio Grande do Sul**. 190 p. Rio Grande: EDIGRAF, 2018.

FEIJÓ, Ana Lúcia Felipe. **Os 110 anos da Associação Satélite Prontidão em uma viagem através da fotografia**. Porto Alegre, 2013. Monografia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013

FANON, Frantz. **Os Condenados da Terra**. Trad. de Serafim Ferreira. Lisboa: Ulisseia, 1965.

FAUSTINO, Deivison. LIPPOLD, Walter. **Colonialismo Digital: por uma crítica hacker-fanoniana**. São Paulo: Raízes da América, 2022.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento Negro Educador: saberes construídos nas lutas por emancipação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

GONZAGA, Gabriel dos Santos. "**O Satélite Prontidão ainda existe?**": registros dispersos e múltiplas etnias. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre 2022.

KWET, Michael. Digital Colonialism: US Empire and the New Imperialism in the Global South. **Race & Class**. Volume 60, nº 4, 2019. Disponível em: < <https://ssrn.com/abstract=3232297> >. Acesso em 24/09/2023.

MEINERZ, Carla Beatriz; SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves (2023). Entrevista com a Professora Petronilha Beatriz Gonçalves e Silva - Educação das Relações Étnico-Raciais, Ensino de História e os Vinte Anos da Lei 10.639/2003. **Revista História Hoje**. São Paulo, v. 12, nº 25, 2023,

MUNANGA, Kabengele. Por que ensinar a história da África e do negro no Brasil de hoje? **Revista do Instituto de Estudos Brasileiros**. Brasil, n. 62, p. 20–31, dez. 2015.

Nacional (**BNDigital**), Jornal O Exemplo, 18 de dezembro de 1904 (As aulas publicas). Disponível em: < <https://acesse.dev/LOVvg> >. Acesso em 23 de julho de 2023.

NASCIMENTO, Abdias. **O Genocídio do Negro Brasileiro**. O processo de um racismo mascarado. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p.62-64.

PAIM, Elison Antônio; ARAÚJO, Helena Maria Marques. Diálogos possíveis entre produzir, ensinar e aprender Histórias decoloniais. In: Juliana Alves de Andrade e Nilton Mullet Pereira. (Org.). **Ensino de História e suas práticas de pesquisa**. 1ed.São Leopoldo: Oikos, 2021, v. 1, p. 28-43.

PEREIRA, Lúcia Regina Brito. **Cultura e afrodescendência: organizações negras e suas estratégias educacionais em Porto Alegre (1872-2002)**. Tese (Doutorado em História) - Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008.

SANTOS, Boaventura de Sousa. **Construindo as Epistemologias do Sul**: Antologia Essencial: Volume I. Buenos Aires: CLACSO, 2018.

SANTOS, Irene (Org), **Negro em Preto e Branco**: História Fotográfica da População Negra de Porto Alegre. Porto Alegre, 2005.

SARAIVA, Luís Augusto Ferreira. **“E lá no mar tem um segredo!”**: saúde e cuidado no terreiro: investigação Bioética sobre a cura no Quilombo Santa Rosa dos Pretos – MA. 2022. 233 f., il. Tese (Doutorado em Bioética) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

SILVA, Fernanda Oliveira et al. **Pessoas comuns, histórias incríveis**: a construção da liberdade na sociedade sul-rio-grandense. Porto Alegre: Ed. UFRGS; EST Edições, 2017.

VIEIRA, Daniele Machado. **Territórios negros em Porto Alegre/RS (1800 – 1970)**: Geografia histórica da presença negra no espaço urbano. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017.